

# DESVALORIZAÇÃO E ADOECIMENTO MENTAL DOS PROFESSORES: CONDIÇÕES DE TRABALHO, RISCOS PSICOSSOCIAIS E POLÍTICAS DE PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO

## DEVALUATION AND MENTAL ILLNESS AMONG TEACHERS: WORKING CONDITIONS, PSYCHOSOCIAL RISKS, AND POLICIES FOR PROTECTION AND VALORIZATION

Josana Dalcin Biló<sup>1</sup>

Renata Massalai<sup>2</sup>

### RESUMO

A saúde mental dos professores tem se tornado uma preocupação crescente diante das condições desafiadoras que marcam o cotidiano escolar. A sobrecarga de tarefas, a baixa remuneração, a falta de estrutura adequada e o pouco reconhecimento social contribuem para elevados índices de estresse, ansiedade, síndrome de burnout e abandono da carreira. Com base em uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, foram analisadas produções acadêmicas e documentos oficiais publicados entre 2017 e 2025, com o objetivo de compreender as causas do adoecimento docente e as possibilidades de promoção da saúde mental. Os resultados evidenciam que a precarização do trabalho, a violência nas escolas e a ausência de políticas públicas efetivas de valorização intensificam o sofrimento psíquico dos educadores. A inclusão dos riscos psicossociais na Norma Regulamentadora nº 1 representa um avanço importante, mas ainda requer ações práticas que garantam o bem-estar e a permanência dos professores na profissão. Conclui-se que investir em políticas de valorização, planos de carreira, formação continuada e suporte psicológico é essencial para fortalecer a identidade docente e a qualidade da educação.

**Palavras-chave:** Saúde Mental; Adoecimento Docente, Riscos Psicossociais; Valorização Profissional.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Psicologia do Centro Universitário Salesiano - UNISALES, Vitória/ES, Brasil  
–[josanabilo@hotmail.com](mailto:josanabilo@hotmail.com)

<sup>2</sup> Orientadora do curso de Psicologia do Centro Universitário Salesiano - UNISALES, Vitória/ES, Brasil  
–[renata.massalai@salesiano.br](mailto:renata.massalai@salesiano.br)

## **ABSTRACT**

The mental health of teachers has become an increasing concern in light of the challenging conditions that characterize daily school life. Work overload, low salaries, lack of adequate infrastructure, and limited social recognition contribute to high rates of stress, anxiety, burnout syndrome, and abandonment of the profession. Based on a qualitative bibliographic review, academic works and official documents published between 2017 and 2025 were analyzed with the aim of understanding the causes of teacher illness and the possibilities for promoting mental health. The results show that the precariousness of work, violence in schools, and the absence of effective public policies for professional appreciation intensify educators' psychological distress. The inclusion of psychosocial risks in Regulatory Standard No. 1 represents an important step forward, but it still requires practical actions that ensure teachers' well-being and retention in the profession. It is concluded that investing in appreciation policies, career plans, continuing education, and psychological support is essential to strengthen teacher identity and the quality of education

**Keywords:** Mental Health; Teacher Distress; Psychosocial Risks; Professional Appreciation.

## 1 INTRODUÇÃO

A desvalorização dos professores constitui um problema estrutural da trajetória educacional brasileira, marcada por baixos salários, precarização das condições de trabalho, excesso de demandas e falta de reconhecimento social. Esse cenário compromete não apenas a qualidade do ensino, mas também se configura como um fator de risco para o adoecimento mental e para a desmotivação dos docentes. Conforme destaca Oliveira (2019), a docência tem sido marcada pela perda de prestígio social, pelo acúmulo de tarefas e pela ausência de reconhecimento, elementos que fragilizam o desempenho profissional e contribuem para a evasão da carreira.

A ausência de políticas públicas eficazes voltadas para a formação continuada, suporte institucional e valorização da categoria intensifica esse quadro, gerando um ciclo de desvalorização que se manifesta de forma ainda mais evidente nas etapas iniciais da educação básica, quando o professor exerce papel central no desenvolvimento cognitivo, afetivo e social das crianças. Nesse sentido, Minghetti et al. (2022) ressaltam que discutir o adoecimento mental docente é essencial não apenas para compreender os impactos individuais, mas também para analisar os desafios coletivos que atravessam a profissão e a própria qualidade da educação.

Estudos também evidenciam que as transformações do cenário educacional aumentaram significativamente o tempo dedicado a tarefas administrativas e demandas extraescolares, ampliando a carga de trabalho docente (Assunção; Abreu, 2019). Assim, embora a escola seja o espaço formal de atuação, professores acabam assumindo funções que extrapolam a sala de aula, envolvendo-se em atividades com famílias, comunidades e outros atores sociais.

Essa intensificação, associada à precarização do trabalho, repercute diretamente sobre o bem-estar e a permanência na carreira, como destacam Assunção e Abreu (2019). Esse contexto tem colaborado para o fenômeno denominado “apagão dos professores” no Brasil, caracterizado pela desistência da carreira e pela projeção de déficit de até 235 mil docentes até 2040, caso não sejam implementadas medidas estruturais de valorização e suporte (Castilho, 2025).

Em consonância, Serafini (2024) aponta que o índice de desistência dos cursos de licenciatura chegou a 58% em 2022, segundo o Censo da Educação Superior divulgado pelo INEP. Oliveira e Alves (2019) acrescentam que a negligência histórica com a profissão reforça o sentimento de desvalorização e desmotivação, somado ao desgaste físico e emocional, enquanto Peroni (2020) alerta que essa conjuntura exige medidas urgentes de reconhecimento e proteção à saúde do trabalhador da educação.

Para compreender a dimensão do adoecimento mental docente, é necessário discutir o próprio conceito de saúde mental. De acordo com Alcantara, Vieira e Alves (2022), trata-se de um construto complexo e multidimensional, ainda sem consenso definitivo, mas entendido como resultado de interações entre fatores individuais, sociais e contextuais, refletindo tanto o bem-estar quanto situações de sofrimento.

Essa perspectiva dialoga com a definição da Organização Mundial da Saúde, que compreende a saúde como completo bem-estar físico, psíquico e social. Em consonância, a OMS (2020) define saúde mental como um estado em que o indivíduo reconhece suas capacidades, enfrenta as demandas cotidianas, atua de maneira produtiva e contribui de forma significativa para sua comunidade.

Diante disso, o presente projeto tem como objetivo analisar os fatores que influenciam o adoecimento mental dos professores, com ênfase na compreensão das causas que intensificam o sofrimento psíquico e na proposição de estratégias de intervenção e suporte psicológico.

Pretende-se, assim, contribuir com o campo da Psicologia do Trabalho e da Saúde Mental, oferecendo subsídios para fortalecer a saúde dos docentes e a qualidade do processo educativo. Ademais, ao identificar os elementos que reforçam a desvalorização, busca-se subsidiar políticas públicas e ações institucionais voltadas para o reconhecimento e a melhoria das condições de trabalho, beneficiando não apenas os professores, mas toda a comunidade escolar.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

A trajetória da carreira de professor no Brasil é marcada por um processo histórico de construção social que reflete não só avanços, mas também persistentes desigualdades. Sua origem reporta-se ao período colonial, quando o ensino era exercido majoritariamente por religiosos, sobretudo jesuítas, com finalidades de transmitir ensinamentos de caráter religioso, moral e formativo e, posteriormente, por leigos sem formação específica (Xavier, 2021). A consolidação da profissão ocorreu gradualmente no século XIX, com a criação das Escolas Normais, que introduziram padrões mínimos de formação e contribuíram para a constituição de um corpo docente laico. Entretanto, como assinala Oliveira (2019, p. 6), “a profissão docente no Brasil constitui-se historicamente como um campo atravessado por segmentações que produziram trajetórias desiguais de reconhecimento e profissionalização”, sendo moldada por diferenças de nível de ensino, rede de atuação, gênero e condições de trabalho.

Ao longo do tempo, as sucessivas reformas educacionais impactaram de maneira expressiva a configuração da carreira docente, repercutindo significativamente nas condições de exercício e reconhecimento da profissão. Reformas como a Lei Orgânica do Ensino Normal, a LDB de 1996 e programas de expansão da escolarização modernizaram currículos e ampliaram o acesso à educação (Caldas, 2021). No entanto, a ausência de políticas consistentes de valorização, associada à influência de agendas neoliberais, manteve e, por vezes, aprofundou a precarização do trabalho, expressa na intensificação das tarefas, remuneração insuficiente e contratos temporários (Oliveira, 2019). Essas reformas, nem sempre garantiram condições de trabalho que favorecessem a permanência na carreira, gerando um quadro de desvalorização simbólica e material (Caldas, 2021).

A educação no Brasil vem enfrentando um processo de deterioração das condições de trabalho docente, o que repercute de forma significativa na vivência profissional dos professores, em seu bem-estar e no aumento dos casos de adoecimento. Peroni (2020) aponta que essa nova configuração educacional é influenciada pelo pensamento neoliberal, caracterizado pela redução do papel do Estado e pela mercantilização da educação, o que compromete a escola num todo e desvaloriza a carreira docente. Nesse contexto, o professor passa a receber materiais previamente estruturados, o que esvazia sua função de intelectual produtor de conhecimento, o que para Peroni (2020), resulta em mecanismos de controle e censura, reduzindo a docência à mera transmissão de conteúdos pré-definidos, desconsiderando sua função crítica e criativa no processo educativo.

Essa lógica de padronização e tecnificação do trabalho docente têm contribuído significativamente para o sofrimento psíquico dos professores. A crescente cobrança por produtividade, o uso de sistemas de avaliação baseados em metas e a precarização das condições de trabalho têm provocado sentimentos de desvalorização, impotência e frustração, como analisa Oliveira (2019) ao discutir os efeitos da reconfiguração da profissão docente sob a lógica da racionalidade técnica e do controle do desempenho

Além disso, a pandemia trouxe outros obstáculos para os professores, que tiveram que desenvolver dinâmicas de trabalho para a educação remota. Diante desse cenário, tais dinâmicas de trabalho sobrecarregam os educadores. Segundo Gonzalez (2020), muitos docentes não estavam preparados para incluir novas tecnologias digitais, sendo necessárias atualizações e capacitações de modo a preservar a qualidade do ensino. A transição abrupta do ensino presencial para o ensino remoto, em um contexto marcado por medo, incertezas e preocupações decorrentes da pandemia da Covid-19, impôs uma série de novos desafios aos professores.

Essa mudança repentina expôs a categoria docente a pressões institucionais intensas, especialmente no que se refere à adaptação e ao domínio das tecnologias digitais de ensino. As exigências por inovação pedagógica, voltadas à manutenção do engajamento e da aprendizagem dos estudantes, intensificaram a sobrecarga de trabalho e ampliaram o sentimento de insegurança profissional.

Além do que a ausência de suporte estrutural e institucional adequado durante o período de ensino remoto emergencial evidenciou um cenário de vulnerabilidade no que diz respeito às condições de trabalho docente. A demanda por formação continuada e por infraestrutura tecnológica compatível, necessária para o acesso e o domínio das ferramentas digitais utilizadas na operacionalização das atividades pedagógicas, não foi atendida pelas instituições de ensino (Silva; Batista; Trotta, 2020). Tais fatores contribuíram significativamente para o desgaste físico emocional dos docentes, refletindo-se em altos índices de estresse, ansiedade e sintomas de adoecimento psíquico.

A carreira docente é permeada por dimensões simbólicas e materiais que influenciam sua valorização social e profissional. A desvalorização simbólica refere-se à negação do reconhecimento social e institucional da docência, afetando o prestígio e a identidade profissional (Mendes et al., 2022; Gabriel; Pereira, 2021). Já a desvalorização material relaciona-se às condições concretas de trabalho, como baixos salários, falta de recursos e sobrecarga de tarefas, configurando um processo de precarização (Lima, 2019). Ambas as dimensões, conforme destaca Jorge (2023), são interdependentes, pois a perda de reconhecimento simbólico reforça a precarização material, alimentando um ciclo contínuo de desvalorização docente.

A desvalorização do docente intensifica-se dentro de uma cultura organizacional escolar que frequentemente não reconhece a complexidade do trabalho pedagógico. Nesse contexto, a sobrecarga ultrapassa os limites da sala de aula ao abarcar planejamento extensivo, cumprimento de metas, mediação de conflitos e apoio socioemocional aos alunos (Viegas et al., 2022). Além disso, o suporte insuficiente das famílias, as dificuldades no relacionamento com estudantes e a acumulação de múltiplas funções contribuem para o desgaste profissional. Essa combinação de fatores eleva os níveis de estresse, ansiedade e esgotamento entre

os professores, reduzindo o tempo dedicado ao autocuidado, à convivência familiar e ao lazer, e refletindo-se na queda da qualidade de vida (Santos, 2025; Silva et al., 2015).

Para Roberts et al. (2019), esses fatores de estresse, aos quais o professor tem sido submetido, estão associados a impactos negativos na saúde mental e à diminuição da satisfação profissional, que podem se manifestar de maneiras distintas, uma vez que o magistério não constitui uma categoria homogênea, sendo que as condições de trabalho variam de acordo com a instituição, o meio em que está inserida e a idade dos estudantes (Kourmoussi; Alexopoulos, 2016).

A relação entre alunos e professores tem passado por um processo de enfraquecimento do respeito e da admiração, com relatos crescentes de agressões verbais e, em alguns casos, até físicas contra docentes, o que evidencia a perda de autoridade e o desgaste da função educativa (Barguil, 2006; Pinheiro et al., 2020). Essa degradação do respeito mútuo compromete o clima escolar, gera insegurança e amplia a sensação de impotência entre os educadores, que muitas vezes se percebem desamparados diante da falta de apoio institucional e das tensões cotidianas da prática docente.

A ausência de políticas públicas que valorizem o trabalho docente, que invistam em formação continuada e ofereçam suporte psicológico tem contribuído para tornar o ambiente escolar um espaço cada vez mais propenso ao adoecimento dos professores. A falta de apoio institucional faz com que muitos docentes se sintam desamparados diante das exigências cada vez maiores da profissão, o que afeta diretamente sua saúde física e mental. De acordo com Dias e Nascimento (2020), o adoecimento mental dos professores não compromete apenas o bem-estar desses profissionais, mas também impacta diretamente a qualidade do ensino e a aprendizagem dos estudantes. Quando o docente se encontra em estado de sofrimento psíquico, afetado por transtornos como ansiedade, estresse ou depressão, sua capacidade de planejar, conduzir e avaliar o processo pedagógico é consideravelmente reduzida. O processo de intensificação do trabalho vivido pelos docentes das escolas públicas brasileiras na atualidade pode, além de comprometer a saúde desses trabalhadores, colocar em risco a qualidade da educação (Assunção; Oliveira, 2009)

O docente perdeu seu tempo livre, que era destinado ao lazer, aos familiares, aos estudos, ao aprimoramento e à qualificação, devido às atribuições que lhe são impostas. As tarefas diárias do trabalho são tantas que contaminam a vida pessoal. (Cury, 2006, Silva, Miranda & Bordas, 2019). Essa perda de qualidade de vida afeta diretamente a saúde mental do educador.

De acordo com Lima et al. (2023), os transtornos psicológicos mais recorrentes entre os professores são a Síndrome de Burnout, o estresse e a depressão. Para compreender melhor essas comorbidades, recorreremos ao DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais). Embora o manual ainda não apresente uma classificação específica para a Síndrome de Burnout, a Organização Mundial da Saúde (OMS) oferece contribuições importantes a respeito desse quadro clínico. A partir de janeiro de 2022, o Burnout está incluído na nova Classificação Internacional de Doenças (CID-11). O termo *Burnout* pode ser compreendido como uma “combustão” ou esgotamento total, utilizado para descrever um estado de exaustão profunda das energias pessoais, geralmente acompanhado por

sentimentos intensos de frustração relacionados ao ambiente ou às demandas do trabalho (Maslach; Schaufeli; Leiter, 2001).

Nos últimos anos, a discussão sobre saúde mental no trabalho tem ganhado cada vez mais espaço, refletindo uma preocupação crescente com o bem-estar dos profissionais. Nesse cenário, destaca-se a atualização da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), instituída pela Portaria SEPRT nº 6.730, de 9 de março de 2020, que passou a incluir os riscos psicossociais entre os fatores que devem ser identificados, avaliados e controlados pelas organizações públicas e privadas (BRASIL, 2020). Essa atualização representa um avanço importante para a legislação trabalhista, pois amplia o conceito de saúde do trabalhador ao reconhecer que fatores como estresse, sobrecarga de tarefas, assédio moral e relações interpessoais conflituosas também podem levar ao adoecimento psíquico.

De forma complementar, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) lançou, em 2025, o documento Guia de Informações sobre os Fatores de Riscos Psicossociais Relacionados ao Trabalho, com o objetivo de orientar empregadores e profissionais de saúde e segurança sobre a correta aplicação da NR-1. O material apresenta uma tabela detalhada com exemplos de situações que podem gerar sofrimento mental no contexto laboral, como falta de integração entre colegas, fofocas, má comunicação, ausência de apoio da gestão e ambiente hostil de trabalho (BRASIL, 2025). Esses aspectos, quando negligenciados, comprometem o clima organizacional e o equilíbrio emocional dos trabalhadores, tornando-se potenciais gatilhos para transtornos mentais.

Vale ressaltar que a nova redação da nova Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), que entrou em vigor em maio de 2025, tem um aspecto educativo e orientador, o que significa que não haverá aplicação de penalidades nesse período. Esse momento de transição permite que as instituições passem por uma adaptação gradual, realizando diagnósticos e empregando estratégias preventivas em relação a melhorias na saúde mental e nas condições de trabalho (BRASIL, 2025). Porém, a partir de maio de 2026, as inspeções terão um caráter corretivo e o empregador poderá enfrentar sanções e multas por não identificar ou avaliar adequadamente os riscos psicossociais presentes em seus ambientes de trabalho e quando não cumprirem os requisitos exigidos na presente norma. (CONTABILIDADE, 2025). Dessa forma, o momento presente deve ser visto como uma oportunidade estratégica para transformar os locais de trabalho, criando ambientes mais saudáveis e humanizados, valorizando não só a produtividade, mas o bem-estar mental dos trabalhadores

No contexto educacional, essa mudança torna-se especialmente significativa, uma vez que a docência é uma das profissões mais expostas aos riscos psicossociais, devido à complexidade das demandas emocionais, cognitivas e institucionais que permeiam o ambiente escolar. De acordo com a Revista Educação(2025), a atualização da NR-1 exige que as instituições de ensino adotem práticas mais humanizadas e estratégias preventivas, como a promoção de ambientes de trabalho saudáveis, a escuta ativa dos docentes e o suporte psicossocial contínuo. Assim, a nova normativa não apenas reforça a importância da saúde mental no ambiente laboral, mas também abre espaço para a formulação de políticas educacionais mais comprometidas com o bem-estar dos professores e com a valorização do trabalho docente.

Alarcón-Leiva, Carissimi& Cardoso (2022) argumentam que a valorização da profissão vai além do reconhecimento simbólico, exigindo sobretudo medidas concretas que melhorem as condições laborais e as relações estabelecidas dentro e fora do ambiente escolar.

Para Santos (2015), *“se a Educação tem uma dimensão voltada para o fazer humano no mundo, o professor é este interlocutor quantitativo e qualitativo desta formação. Como dizem é esta a profissão das profissões”*.

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA**

Esta pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e qualitativa, de natureza exploratória e descritiva. O objetivo central é compreender os fatores que influenciam na desvalorização e o adoecimento mental dos professores, a partir da análise de obras científicas, artigos, livros, documentos oficiais e legislações pertinentes.

De acordo com Gil (2019), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em materiais já elaborados, como livros, artigos científicos, dissertações e teses, buscando analisar e discutir determinado tema sob diferentes perspectivas teóricas. A pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais claro e permitindo a formulação de hipóteses. Já a pesquisa descritiva busca detalhar as características de um fenômeno, estabelecendo relações entre as variáveis envolvidas.

Sob a ótica qualitativa, este estudo prioriza a interpretação e a compreensão aprofundada do objeto analisado, valorizando dimensões subjetivas que não podem ser reduzidas a dados estatísticos (Minayo, 2022). Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica possibilita reunir e sistematizar contribuições teóricas já produzidas, oferecendo subsídios para a análise crítica e para a formulação de novas compreensões (Severino, 2018).

Entre as vantagens desse delineamento, destaca-se a possibilidade de reunir, analisar e interpretar um conjunto abrangente de produções acadêmicas, o que favorece a identificação de lacunas investigativas e o aprofundamento de perspectivas sobre o fenômeno estudado (Gil, 2019; Severino, 2018). Por outro lado, suas limitações estão associadas à dependência de materiais disponíveis e à ausência de padronização rigorosa nos procedimentos qualitativos, exigindo do pesquisador postura crítica e reflexiva para assegurar validade e confiabilidade dos resultados (Pereira; Souza, 2021; Santos; Silva, 2023).

A escolha desse delineamento metodológico decorre da necessidade de levantar e sistematizar o conhecimento existente sobre a temática da desvalorização docente e seus impactos psicossociais, garantindo uma base teórica sólida para a reflexão crítica e para a análise contextualizada do objeto de estudo.

#### **3.2 FONTE DE PESQUISA E PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS**

A construção da revisão de literatura foi realizada por meio de buscas em bases de dados científicas reconhecidas, como Google Acadêmico, SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) e LILACS (Literatura Latino-Americana e do

Caribe em Ciências da Saúde), além da consulta a revistas científicas, dissertações e teses publicadas entre os anos de 2017 e 2025.

As palavras-chave utilizadas nas buscas foram: saúde mental de professores valorização docente, adoecimento docente, riscos psicossociais. As fontes foram selecionadas com base em critérios de relevância acadêmica, atualidade e pertinência temática, priorizando produções que abordam as inter-relações entre políticas educacionais, condições de trabalho e saúde mental. Também foram incluídos autores clássicos que fornecem fundamentação teórica indispensável à compreensão do tema.

### 3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

O processo de análise ocorreu por meio das etapas de leitura exploratória, fichamento e categorização temática do material selecionado. Essa sistematização permitiu identificar ideias-chave, convergências e divergências teóricas, além de mapear as causas e efeitos da desvalorização docente sobre a saúde mental dos professores.

A análise foi conduzida sob uma abordagem interpretativa e crítica, fundamentada na perspectiva qualitativa, buscando não apenas descrever o conteúdo das fontes, mas também contextualizar os achados e propor reflexões teóricas coerentes com o cenário educacional brasileiro contemporâneo.

### 3.4 FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA COMPLEMENTAR

Inspirando-se na proposta de revisão narrativa apresentada por Gupta et al. (2008), este estudo adota uma análise ampla e crítica da literatura existente, com o objetivo de identificar lacunas no conhecimento, contextualizar os resultados dentro do panorama das políticas públicas educacionais e compreender as múltiplas dimensões do adoecimento docente.

Dessa forma, a metodologia empregada busca garantir consistência teórica, coerência interpretativa e rigor científico, permitindo que as reflexões aqui apresentadas contribuam para o avanço das discussões sobre valorização, saúde mental e condições de trabalho docente.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos resultados obtidos ao longo da pesquisa permite articular os achados teóricos e bibliográficos ao problema central do estudo, que busca compreender os fatores que influenciam na desvalorização e no adoecimento mental dos professores. Parte-se do pressuposto de que a valorização docente constitui um fenômeno multifacetado, condicionado por dimensões estruturais, simbólicas e subjetivas que permeiam o cotidiano do trabalho escolar.

### 4.1 CONCEITO E DIMENSÃO VALORIZAÇÃO/ DESVALORIZAÇÃO DOCENTE

O conceito contemporâneo de valorização docente apresenta-se como um fenômeno multidimensional, que ultrapassa a esfera econômico-jurídica e incluem dimensões formativas, estruturais e simbólicas da profissão. Nesse sentido, Alarcón-Leiva, Carissimi e Cardoso (2022) destacam que a valorização do magistério envolve não apenas a remuneração adequada, mas também a formação inicial e continuada, a existência de planos de carreira consistentes, condições dignas de trabalho e o reconhecimento social da importância da docência. De modo

semelhante, Casagrande et al. (2025) defendem que a valorização deve ser entendida como um processo contínuo, que assegura dignidade profissional e sustentação à prática educativa, reconhecendo o papel estratégico do professor na consolidação de uma educação democrática e de qualidade.

Sob essa ótica, a valorização docente vai além da satisfação salarial, abrangendo um conjunto de fatores que garantem condições adequadas para o exercício da profissão e para o desenvolvimento integral do educador. A formação continuada, por exemplo, favorece o aprimoramento das práticas pedagógicas e o fortalecimento da identidade docente, sendo considerada um dos pilares da autonomia e da qualificação profissional (Alarcón-Leiva; Carissimi; Cardoso, 2022). Além disso, a valorização deve estar relacionada à progressão na carreira, à garantia de direitos trabalhistas e ao reconhecimento simbólico e social da docência como atividade essencial ao desenvolvimento humano e social.

Entretanto, Estormovski (2023) observa uma contradição entre o discurso e a prática das políticas de valorização docente. Em sua análise sobre o Prêmio Educador Nota 10, a autora demonstra que iniciativas voltadas ao reconhecimento profissional acabam reforçando formas sutis de desvalorização, ao fundamentarem o mérito em critérios individualistas, como empreendedorismo, competitividade e meritocracia. Essa lógica, alinhada ao ideário neoliberal, transfere para o professor a responsabilidade exclusiva pelo sucesso educacional, desconsiderando as condições coletivas e estruturais que permeiam o trabalho docente. Assim, o reconhecimento simbólico acaba mascarando a ausência de políticas efetivas de valorização material e institucional, contribuindo para a naturalização da precarização no magistério.

A Resolução CNE/CP n.º 4/2024 evidencia essa ambiguidade ao mencionar as dimensões de formação inicial e continuada, carreira, remuneração e condições de trabalho, mas sem superar lacunas estruturais. Segundo Casagrande et al. (2025), o documento revela fragilidade na abordagem da formação continuada e carece de diretrizes concretas para o fortalecimento da carreira e melhoria salarial. Essa limitação reduz a efetividade das ações e perpetua desigualdades históricas, configurando um processo de valorização mais discursiva do que prática.

Dessa forma, compreende-se que a valorização plena da docência exige mais do que o reconhecimento individual do professor. É indispensável o fortalecimento das políticas públicas de educação, capazes de garantir condições dignas de trabalho, formação continuada de qualidade e reconhecimento coletivo da relevância social e humana da profissão docente.

#### 4.2 CONDIÇÕES DE TRABALHO E INFRAESTRUTURA ESCOLAR

As condições de trabalho e a infraestrutura das instituições de ensino são aspectos fundamentais para a valorização e a permanência dos professores na carreira. Segundo a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) em 2023, os salários docentes corresponderam a cerca de 81% a 88% da remuneração média de outros profissionais com nível superior, o que reduz a atratividade da docência. Além disso, a sobrecarga administrativa e o acúmulo de funções extraclasse ampliam o estresse ocupacional e contribuem para o afastamento e abandono profissional (OECD, 2024).

Em nível internacional, a Unesco e a *Teacher Task Force* (2024) ressaltam que a escassez global de professores está associada à precarização das condições de

trabalho, aos baixos salários e à falta de autonomia docente. Essas entidades defendem um novo pacto social que promova a revalorização da carreira e garanta condições dignas de exercício profissional.

Estudos recentes indicam que a precariedade das condições laborais e a sobrecarga de tarefas impactam negativamente a saúde mental e a permanência dos professores na profissão (Cunha et al., 2024; Braga; Costa; Borges, 2024). Pesquisas na área da educação física escolar também evidenciam situações de insalubridade, falta de equipamentos e afastamentos por adoecimento (Cupertino; Santos; Paixão, 2024).

Levantamento da Revista Brasileira de Educação reforça que os baixos salários e a carência de infraestrutura, especialmente no ensino público, são fatores determinantes para o desinteresse e o abandono da carreira docente (Melo et al., 2024). Já estudo nacional do SEMESP (Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo) em 2024 aponta que 79,4% dos professores já consideraram deixar a profissão e 52,3% relataram ter sofrido algum tipo de violência no ambiente escolar, o que agrava a desvalorização da categoria.

Diante desse contexto, a valorização docente requer políticas articuladas que assegurem investimentos contínuos em infraestrutura, remuneração compatível, redução da burocracia e suporte psicossocial. Também é essencial ampliar a participação dos professores nas decisões educacionais e garantir condições que promovam bem-estar, reconhecimento e dignidade profissional (OECD, 2024; UNESCO; TEACHER TASK FORCE, 2024).

### 4.3 REMUNERAÇÃO E INCENTIVOS PROFISSIONAIS

A remuneração e os incentivos profissionais exercem papel central na valorização e na permanência do professor na carreira, influenciando diretamente sua motivação, bem-estar e desempenho em sala de aula. Estudos indicam que a satisfação com o trabalho docente está fortemente associada à percepção de reconhecimento e à estabilidade financeira, elementos que repercutem na qualidade do ensino e na permanência do profissional no sistema educacional (Candelaria et al., 2024; Shakya, 2024).

No contexto internacional, pesquisas apontam que o aumento salarial e a criação de políticas de incentivos vinculadas à formação continuada e ao desempenho docente contribuem para a redução da rotatividade e para a melhoria dos resultados educacionais (Rauscher et al., 2024; Ma, 2025). De acordo com Candelaria et al. (2024), reajustes salariais consistentes produzem efeitos positivos não apenas sobre o desempenho dos estudantes, mas também sobre o comprometimento e a permanência dos professores, especialmente em regiões com maior escassez de profissionais.

Em contextos geograficamente desafiadores, como escolas rurais ou periféricas, os incentivos econômicos específicos, somados a políticas de valorização e apoio pedagógico, demonstram ser estratégias eficazes para atrair e manter docentes qualificados (Ma, 2025). Essa constatação reforça a necessidade de políticas diferenciadas que considerem as desigualdades regionais e as condições concretas de trabalho dos educadores.

No cenário brasileiro, a Meta 17 do Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece como objetivo a equiparação do rendimento médio dos profissionais do magistério ao dos demais trabalhadores com escolaridade equivalente. Entretanto, dados da Práxis Educativa (2024) e de Gatti (2021) revelam que a defasagem salarial permanece expressiva, comprometendo a atratividade e a sustentabilidade da carreira docente. Professores da educação básica continuam recebendo, em média, 40% menos do que profissionais de outras áreas com o mesmo nível de formação, o que contribui para sentimentos de desvalorização e frustração (INEP, 2023).

A adoção de políticas salariais robustas e transparentes, articuladas a programas de formação continuada, progressão na carreira e incentivos por desempenho coletivo, constitui um dos pilares essenciais para o fortalecimento da profissão docente e para a promoção da equidade educacional (Shakya, 2024; Ma, 2025; Gatti, 2021). Nesse sentido, a valorização efetiva do professor ultrapassa o aspecto econômico, envolvendo também a garantia de condições dignas de trabalho, reconhecimento social e estabilidade emocional, indispensáveis à construção de uma educação de qualidade.

#### 4.4 ADOECIMENTO E SAÚDE MENTAL DO PROFESSOR

A discussão sobre a saúde mental dos professores tem ganhado cada vez mais destaque nas pesquisas em Educação, refletindo as múltiplas pressões psicossociais que atravessam o cotidiano escolar. A sobrecarga de atividades, o número elevado de turmas, a escassez de recursos pedagógicos, o reconhecimento insuficiente e as relações institucionais frágeis configuram um cenário que favorece o desgaste físico e emocional dos docentes (Silva et al., 2025; Inácio, 2025).

Pesquisas recentes apontam para o crescimento de casos de estresse crônico, ansiedade, depressão e síndrome de burnout entre profissionais da educação (Silva et al., 2024; Santos, 2025). Esses dados revelam o impacto direto das condições de trabalho sobre o bem-estar psicológico, agravado pela precarização das políticas educacionais e pela burocratização das tarefas, que geram sentimento de impotência e frustração. Codo (2006) destaca que o sofrimento docente está profundamente vinculado ao descompasso entre o ideal de educar e as condições concretas de atuação, o que ele define como “mal-estar docente”.

Lima (2022) argumenta que a intensificação do trabalho e a desprofissionalização do magistério, características associadas ao modelo neoliberal de gestão, contribuem para a perda de sentido no exercício da docência e para o aumento do sentimento de desvalorização. Ainda conforme Lima (2022), a saúde mental dos professores está relacionada não apenas a fatores individuais, mas também às dimensões estruturais, simbólicas e institucionais que moldam a prática pedagógica.

Outro aspecto relevante diz respeito ao desequilíbrio entre vida profissional e pessoal. A multiplicidade de vínculos, a instabilidade contratual e as longas jornadas de trabalho reduzem o tempo destinado ao descanso, à convivência familiar e ao autocuidado, funcionando como gatilhos para o adoecimento (Inácio, 2025).

Nesse mesmo horizonte, o debate público também tem evidenciado tensões importantes relacionadas ao sofrimento psíquico dos professores. Em matéria publicada no *Diário do Grande ABC*, Richter (2025) apresenta a análise de Lucelmo Lacerda, que chama atenção para os efeitos da atual política federal de inclusão sobre o cotidiano docente. Segundo o pesquisador, a implementação dessa política sem suporte institucional adequado, como formação continuada, equipes multiprofissionais e condições materiais mínimas vem ampliando significativamente

a sobrecarga de trabalho e contribuído para o adoecimento dos profissionais. Para Lacerda, a ausência de estrutura nas escolas gera um ciclo contínuo de desgaste, somado às demandas já existentes, intensificando a percepção de desvalorização e ampliando os riscos psicossociais que permeiam a prática educativa. Assim, o sofrimento docente não decorre apenas de fatores internos às instituições escolares, mas também de decisões políticas que desconsideram a complexidade do trabalho pedagógico.

Por outro lado, ações voltadas à promoção da saúde mental têm se mostrado essenciais para amenizar esses impactos. Projetos institucionais de apoio psicológico, espaços de escuta empática e programas de formação emocional contribuem para a construção de ambientes educativos mais acolhedores e humanizados (Silva et al., 2024; dos Santos, 2025). Dejours (2011) ressalta que o reconhecimento no trabalho é um elemento fundamental para a saúde psíquica, pois a valorização simbólica e o sentimento de pertencimento fortalecem a motivação e funcionam como fatores protetivos.

Assim, a análise desse panorama reforça a necessidade de políticas integradas de prevenção e promoção da saúde mental docente, envolvendo ações de gestão, formação continuada e suporte institucional. Investir no bem-estar do professor é investir na qualidade do ensino e na sustentabilidade da profissão, uma vez que o adoecimento compromete tanto o desempenho pedagógico quanto o engajamento profissional (Silva et al., 2025; Inácio, 2025).

Nesse contexto, em meio ao cenário de crescente sofrimento psíquico e desgaste emocional entre os docentes, ganham destaque as recentes mudanças legais voltadas à proteção da saúde do trabalhador da educação. A atualização da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), instituída pela Portaria SEPRT nº 6.730/2020 e revisada em 2025, representa um marco importante na ampliação da visão sobre saúde ocupacional, ao reconhecer os riscos psicossociais como elementos centrais do ambiente de trabalho docente.

A implementação efetiva dessas medidas, conforme estabelecido pela NR-1, pode gerar impactos positivos diretos na realidade dos professores, reduzindo afastamentos por adoecimento, fortalecendo o sentimento de pertencimento e contribuindo para o equilíbrio emocional e o desempenho pedagógico (Sponte Educação, 2025). Além disso, ao exigir o mapeamento dos riscos psicossociais, a norma cria um caminho para que a valorização docente se concretize em ações práticas e contínuas, indo além do discurso. Dessa forma, a NR-1 torna-se um instrumento essencial para a construção de ambientes escolares mais saudáveis e para a consolidação de políticas educacionais sustentáveis, que reconhecem o professor como sujeito central do processo educativo.

A inclusão dos riscos psicossociais na NR-1 representa, portanto, um avanço não apenas jurídico, mas também pedagógico e ético, ao reafirmar que o cuidado com o docente é parte essencial da qualidade e da sustentabilidade da educação brasileira (Desafios da Educação, 2024; Revista Educação, 2025). Contudo, mesmo diante desses avanços, permanece um desafio que afeta diretamente o bem-estar e a permanência dos professores na carreira: o aumento da violência contra docentes, fenômeno que agrava o sofrimento psíquico e evidencia a urgência de medidas institucionais de proteção (Nova Escola; Instituto Ame Sua Mente, 2023).

#### 4.5 VIOLÊNCIA CONTRA PROFESSORES

Nos últimos anos, a violência direcionada a professores tem se agravado no Brasil, tornando-se um fenômeno social e educacional de grande relevância. Dados do Disque 100 apontam que, apenas em 2023, foram registradas mais de 1.200 denúncias envolvendo cerca de 7.100 violações contra docentes, representando um aumento de quase 50% em relação ao ano anterior (BRASIL, 2023). Esses números evidenciam um quadro preocupante que reflete a fragilidade das relações interpessoais e institucionais no ambiente escolar.

Relatório divulgado pelo Ministério da Educação indicou que, no mesmo ano, ocorreram 13.117 episódios de violência interpessoal nas escolas, tendo os professores como vítimas recorrentes de agressões físicas e verbais (MEC, 2023). Em complemento, pesquisa conduzida pela Nova Escola em parceria com o Instituto Ame Sua Mente revelou que oito em cada dez docentes relataram ter sofrido algum tipo de violência em 2023, sendo a maioria de natureza verbal (76%), seguida por agressões físicas (10%) (Nova Escola, 2023).

Outro levantamento, publicado pela revista Mundo RH, apontou que 27% dos profissionais da educação apresentam risco emocional associado à falta de ambientes psicologicamente seguros, o que reforça a necessidade de políticas institucionais voltadas à proteção e ao bem-estar docente (Mundo RH, 2025). A violência contra professores, portanto, não deve ser compreendida como um conjunto de episódios isolados, mas como parte de uma estrutura social marcada pela desvalorização da profissão e pelo enfraquecimento dos vínculos de respeito e cooperação no espaço escolar.

Esse cenário evidencia a necessidade urgente de uma ação conjunta que envolva as escolas, as famílias, a comunidade e o poder público na prevenção e no enfrentamento da violência dentro do ambiente educacional. Mais do que reagir aos episódios, é fundamental construir estratégias de cuidado e acolhimento que protejam emocionalmente os docentes e fortaleçam o clima institucional. Investir em espaços de escuta, apoio psicológico e políticas de valorização profissional é um passo essencial para a criação de escolas mais seguras, acolhedoras e promotoras de saúde mental, possibilitando que os professores exerçam sua função de forma plena e com qualidade (Nova Escola; Instituto Ame Sua Mente, 2023; Mundo RH, 2025; Rocha; Pires, 2024).

#### 4.6 EVASÃO ESCOLAR DO PROFESSOR

A evasão docente, compreendida como o afastamento do exercício da profissão ou o abandono definitivo da carreira, configura-se como um desafio preocupante. Segundo Almeida, Cechin e Pilatti (2025), a precarização das condições de trabalho, o desgaste emocional e o acúmulo de funções têm levado muitos professores a desistirem de permanecer na docência. Essa situação compromete a continuidade pedagógica e evidencia o impacto do contexto laboral sobre a saúde mental dos educadores.

Silva e Andrade (2023) reforçam essa análise ao apontarem que a falta de reconhecimento social e o sentimento de desvalorização estão entre os principais fatores que impulsionam o abandono docente. Além disso, Lima e Santos (2022) destacam que o descompasso entre as expectativas profissionais e a realidade das escolas aprofunda a desmotivação e o esgotamento dos professores. Dessa forma,

compreender a evasão do docente da profissão exige considerar os motivos que o desestimulam, pois, este fato repercute diretamente na qualidade e na equidade da educação.

#### 4.7 POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRATÉGIAS DE VALORIZAÇÃO

As políticas públicas voltadas à valorização docente são fundamentais para reduzir a evasão de professores e promover avanços na qualidade da educação. Diversos estudos têm mostrado que ações articuladas, que vão desde a melhoria salarial até a criação de condições adequadas de trabalho e programas de formação continuada, são determinantes para a permanência na carreira. Souza e Martins (2023) destacam que políticas governamentais que oferecem planos de carreira bem estruturados e oportunidades de progressão funcional contribuem diretamente para o engajamento dos docentes e para a redução do abandono profissional.

Rocha e Pires (2024) acrescentam que a valorização do professor não se limita a aspectos financeiros, devendo envolver também o reconhecimento social, o apoio pedagógico e o acompanhamento psicológico. Esses elementos fortalecem o sentimento de pertencimento e consolidam a identidade profissional do educador, fatores essenciais para o equilíbrio emocional e a motivação no trabalho. Além disso, políticas de valorização que consideram o bem-estar docente tendem a refletir positivamente no desempenho escolar dos alunos e no clima institucional das escolas.

Santos e Lima (2025) apontam ainda que estratégias educacionais que incentivam a formação permanente e o uso de tecnologias inovadoras ampliam o interesse e o comprometimento dos professores com a prática pedagógica. Nessa perspectiva, políticas públicas eficazes devem promover não apenas melhorias materiais, mas também a construção de um ambiente de apoio e valorização contínua. Assim, a articulação entre investimento, reconhecimento e suporte emocional torna-se essencial para enfrentar a evasão docente e assegurar a sustentabilidade da educação a longo prazo.

As políticas públicas voltadas à valorização docente são fundamentais para reduzir a evasão de professores e promover avanços na qualidade da educação básica. Diversos estudos têm mostrado que ações articuladas, que vão desde a melhoria salarial até a criação de condições adequadas de trabalho e programas de formação continuada, são determinantes para a permanência na carreira. Souza e Martins (2023) destacam que políticas governamentais que oferecem planos de carreira bem estruturados e oportunidades de progressão funcional contribuem diretamente para o engajamento dos docentes e para a redução do abandono profissional.

Rocha e Pires (2024) acrescentam que a valorização do professor não se limita a aspectos financeiros, devendo envolver também o reconhecimento social, o apoio pedagógico e o acompanhamento psicológico. Esses elementos fortalecem o sentimento de pertencimento e consolidam a identidade profissional do educador, fatores essenciais para o equilíbrio emocional e a motivação no trabalho. Além disso, políticas de valorização que consideram o bem-estar docente tendem a refletir positivamente no desempenho escolar dos alunos e no clima institucional das escolas.

Santos e Lima (2025) apontam ainda que estratégias educacionais que incentivam a formação permanente e o uso de tecnologias inovadoras ampliam o interesse e o comprometimento dos professores com a prática pedagógica. Nessa perspectiva,

políticas públicas eficazes devem promover não apenas melhorias materiais, mas também a construção de um ambiente de apoio e valorização contínua. Assim, a articulação entre investimento, reconhecimento e suporte emocional torna-se essencial para enfrentar a evasão docente e assegurar a sustentabilidade da educação a longo prazo.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise realizada evidencia que o adoecimento mental dos professores não é resultado de fatores isolados, mas de uma teia complexa que articula condições laborais, reconhecimento social e conjunturas institucionais. A intensificação das demandas extraclasse, a precariedade da infraestrutura escolar, a defasagem salarial e a exposição a episódios de violência compõem um quadro que favorece o surgimento de estresse crônico, ansiedade, burnout e, em muitos casos, o afastamento ou abandono da carreira. Reconhecer essa interdependência é fundamental para formular respostas que transcendam intervenções pontuais e alcancem mudanças estruturais.

Nesse sentido, as políticas públicas e as ações institucionais devem orientar-se por um conjunto integrado de medidas: remuneração compatível, planos de carreira transparentes, formação continuada acessível e pertinente, suporte psicossocial permanente e investimentos em infraestrutura. A inclusão dos riscos psicossociais na NR-1 representa um avanço relevante, mas sua efetividade depende da implementação prática nas escolas, do monitoramento sistemático e da responsabilização das instâncias gestoras. Estratégias locais de escuta, prevenção da violência e promoção do bem-estar também são imprescindíveis para reforçar a sustentabilidade da docência.

Por fim, este estudo aponta para a necessidade de pesquisas futuras que ampliem a perspectiva empírica, por exemplo, investigações qualitativas com professores em diferentes contextos regionais e estudos longitudinais sobre os efeitos de políticas de valorização implementadas. Ao mesmo tempo, recomenda-se que gestores, formuladores de políticas e comunidades escolares construam pactos locais de valorização docente, com participação efetiva dos professores nas decisões. Só por meio da articulação entre conhecimento, política e prática será possível proteger a saúde mental dos educadores e garantir uma educação digna e de qualidade.

Por fim, esta pesquisa reforça a importância de ampliar o olhar sobre a educação e de promover novos estudos que aprofundem a compreensão da realidade docente em diferentes contextos. Investigações qualitativas e de longo prazo podem contribuir para identificar os impactos das políticas de valorização e para orientar ações mais efetivas voltadas ao cuidado e à saúde mental de quem educa. Mais do que apontar problemas, é preciso fortalecer caminhos coletivos de transformação. Assim, recomenda-se que gestores, formuladores de políticas e comunidades escolares construam, de forma colaborativa, pactos locais de valorização e bem-estar, garantindo a escuta ativa e a participação dos professores nas decisões que afetam seu cotidiano. Somente com o diálogo entre conhecimento, política e prática será possível consolidar uma educação mais humana, sustentável e comprometida com a dignidade de todos os que fazem dela parte.

## REFERÊNCIAS

- ALARCÓN-LEIVA, Jorge Alberto; CARISSIMI, Aline Vernick; CARDOSO, Cristina. **A valorização profissional docente a partir de condições de trabalho no cargo público.** *FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação*, v. 12, n. 31, 2022.
- ALCÂNTARA, Vírnia Ponte; VIEIRA, Camilla Araújo Lopes; ALVES, Vasconcelos. **Perspectivas acerca do conceito de saúde mental: análise das produções científicas brasileiras.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 1, p. 351-361, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022271.22562019>. Acesso em: 12 ago. 2025.
- ALMEIDA, M. H.; CECHIN, M. R.; PILATTI, L. A. **A evasão escolar na educação básica: uma revisão sistemática de literatura.** *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, São Paulo, v. 11, n. 5, maio 2025.
- ASSUNÇÃO, A. A.; ABREU, M. N. S. **Pressão laboral, saúde e condições de trabalho dos professores da Educação Básica no Brasil.** *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 35, supl. 1, e00169517, 2019. DOI: 10.1590/0102-311X00169517.
- BRAGA, R. N.; COSTA, G. L. M.; BORGES, M. E. M. **Trabalho docente e infraestrutura no ensino médio: uma revisão integrativa.** *Educação em Foco*, v. 29, n. 1, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/index.php/edufoco/article/view/44229>. Acesso em: 24 ago. 2025.
- BRASIL. Ministério da Economia. **Portaria SEPRT nº 6.730, de 9 de março de 2020.** Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1) – Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde mental.** Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-mental>. Acesso em: 14 ago. 2025.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Guia de Informações sobre os Fatores de Riscos Psicossociais Relacionados ao Trabalho.** Brasília, DF: MTE, 2025. Disponível em: <https://cdn.protecao.com.br/wp-content/uploads/2025/04/Guia-Fatores-de-Riscos-Psicossociais-MTE.pdf>. Acesso em: 28 out. 2025.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Disque 100 registra aumento de 50% da violência nas escolas em 2023.** Brasília: MDH, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br>. Acesso em: 22 set. 2025.
- CALDAS, Iandra Fernandes. **História da profissão docente no Brasil: debates e representações.** In: ESCOLA em tempos de conexões. Anais [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/463>. Acesso em: 14 ago. 2025.

CANDELARIA, C. A. et al. **Teachersalaryreforms: effectsonstudentoutcomesandteacherretention.** *TeachMichigan*, 2024.  
CASAGRANDE, Jéssica Luana; SOUZA, Bruna de Souza; DUARTE, Marcela; LUCE, Maria Beatriz. **Valorização de professores no Brasil: uma análise da Resolução CNE/CP n.º 4/2024.** *Eduser*, jul. 2025.

CASTILHO, J. **Apagão de professores:** Brasil pode ter déficit de até 235 mil docentes até 2040. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 8 maio 2025. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fluxo-educacao/apagao-de-professores-brasil-deficit-de-ate-235-mil-docentes-ate-2040/>. Acesso em: 28 out. 2025.

CODO, Wanderley. **Educação:** carinho e trabalho. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CONTÁBEIS. **NR-1 sobre saúde mental no trabalho pode ser adiada para 2026.** Portal Contábeis, 2025. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/noticias/70493/nr-1-sobre-saude-mental-no-trabalho-pode-ser-adiada-para-2026/>. Acesso em: 28 out. 2025.

CUNHA, S. D. M. et al. **Vivências, condições de trabalho e processo saúde-doença: retratos da realidade docente.** *Educação em Revista*, v. 40, e36820, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/QxWTjkkxVDCy7vPXsRWJ4HgB/>. Acesso em: 24 ago. 2025.

CUPERTINO, J. C.; SANTOS, D. S.; PAIXÃO, J. A. **Infraestrutura escolar e condições de trabalho docente:** percepções de professores de Educação Física de Viçosa-MG. *Revista Ponto de Vista*, v. 13, n. 3, 2024. DOI: 10.47328/rpv.v13i3.19106.

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO. **NR-1 e riscos psicossociais:** o que muda para instituições de ensino superior. *Desafios da Educação*, 2024. Disponível em: <https://desafiosdaeducacao.com.br/nr1-riscos-psicossociais-ensino-superior>. Acesso em: 1 nov. 2025.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social.** 7. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.

DOS SANTOS, F. D. V. **O mal-estar na docência:** condições de trabalho e sua influência na saúde emocional do professor. *Cadernos da Fucamp*, v. 40, p. 119-134, 2025.

ESTORMOVSKI, R. C. **(Des)valorização docente na educação básica brasileira:** naturalização da precarização promovida pelas premiações de professores. *Educação & Realidade*, 2023.

GATTI, Bernardete **A. Formação de professores e carreira docente:** dilemas e perspectivas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 51, n. 181, p. 392-409, 2021. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/7899>. Acesso em: 10 set. 2025.

GABRIEL, F. A.; PEREIRA, A. L. **Desvalorização e realização profissional docente: percepções de professores de filosofia**. *Filosofia & Educação*, Campinas SP, v. 13, n. 3, p. 2703-2724, set./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/download/8665330/27843/115666>. Acesso em: 10 set. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GONZALEZ, T. et al. Influence of COVID-19 confinement in students performance in higher education. *arXiv.org*, 2020. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2004.09545>. Acesso em: 15 ago. 2025.

GUPTA, A.; KAILWOO, S. K. Convergence insufficiency in patients visiting eye OPD with headache. *RevSci*, v. 10, n. 3, p. 135–136, 2008.

INÁCIO, G. **Docentes da educação básica sofrem com problemas de saúde mental**. *PUC-SP AGEMT Notícias*.

JORGE, I. F. **Dimensões objetiva e simbólica da (des)valorização docente: um estudo sobre os professores da rede pública estadual de São Paulo (2007-2017)**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-19052023-162950/>. Acesso em: 10 set. 2025.

KOURMOUSI, Ntina; ALEXOPOULOS, Evangelos C. **Stress sources and manifestations in a nationwide sample of pre-primary, primary, and secondary educators in Greece**. *Frontiers in Public Health*, v. 4, n. 73, 2016. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpubh.2016.00073>

LIMA, F. R. **A carga mais pesada do mercado é a carga docente: condições de trabalho, salário e desvalorização**. *Revista Educação e Emancipação*, São Luís, v. 12, n. 3, p. 150-172, 2019. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducaoemancipacao/article/download/16529/8885/0>. Acesso em: 10 set. 2025.

MA, H. **Compensating teachers serving rural schools**. *Humanities and Social Sciences*, 2025.

MEC. **Ataques de violência extrema em escolas no Brasil: causas e caminhos**. Coord. Telma Vinha. Brasília: Ministério da Educação, 2023.

MELO, J. R. S. et al. **A saída da carreira docente na educação básica**. *Revista Brasileira de Educação*, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wpT333Srh3TY7LjSFftBd6B/?lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2025.

MENDES, B. R. D.; MARCOLINO, K. E. A.; ARAÚJO, R. N. **A valorização social do professor e seu impacto na formação da identidade docente: um estudo**

analítico. *Olhar de Professor*, Ponta Grossa, v. 25, p. 1-21, 2022. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/15798>. Acesso em: 10 set. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2022.

MINGHETTI, Lenir Rodrigues; SIQUEIRA, Letícia Souza; ANJOS, Luísa Maria; MARTINS, Elizangela de Oliveira. **Mal-estar docente: fatores de risco de adoecimento e sofrimento de professores em decorrência do trabalho**. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 14, e73111435079, 2022.

MUNDORH. **Segurança psicológica: o fator invisível que pode estar prejudicando as empresas**. *Revista Mundo RH*, 2025. Disponível em: <https://mundorh.com.br/seguranca-psicologica-o-fator-invisivel-que-pode-estar-prejudicando-as-empresas/>. Acesso em: 22 set. 2025.

NOVA ESCOLA; INSTITUTO AME SUA MENTE. **Violência contra professores no Brasil**. São Paulo: Nova Escola, 2023.

OECD. **Education at a Glance 2024: OECD Indicators**. Paris: OECD Publishing, 2024.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Segmentações históricas e contemporâneas da profissão docente no Brasil**. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 13, n. 25, p. 33-48, 2019.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A reconfiguração da profissão docente no Brasil: entre a valorização e a desprofissionalização**. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 24, e240043, p. 1–21, 2019. DOI: 10.1590/S1413-24782019240043. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/mrjDrZSLs9yTzDdW3J9v5Sx/>. Acesso em: 23 ago. 2025.

OLIVEIRA, M. Z. et al. **Identificação de fatores de risco para evasão escolar em níveis fundamental**. *Psicologia em Pesquisa (PePSIC)*, 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Saúde mental: fortalecendo nossa resposta**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/pt/news-room/fact-sheets/detail/mental-health-strengthening-our-response>. Acesso em: 23 ago. 2025.

PEREIRA, Adriana; SOUZA, Felipe. **Desafios da pesquisa qualitativa na contemporaneidade**. *Revista Brasileira de Pesquisa em Ciências Sociais*, v. 5, n. 2, p. 45-60, 2021.

PERONI, V. M. V. **A educação básica no contexto de avanço neoliberal, neoconservador e neofascista: a conjuntura atual e os desafios para a democratização da educação**. *Educere et Educare*, Cascavel, v. 18, n. 47, p. 1–17, 2020. DOI: 10.48075/educere.v18i47.30213. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/30213>. Acesso em: 20 ago. 2025.

PINHEIRO, F.; et al. **Características da violência contra professores de escolas do Brasil: um estudo sobre agressões verbais e físicas no ambiente escolar.**

*Psicologia Escolar e Educacional*, v. 24, n. 4, 2020. Disponível em:

[https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S2359-](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S2359-07692020000400003&script=sci_arttext)

[07692020000400003&script=sci\\_arttext](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S2359-07692020000400003&script=sci_arttext). Acesso em: 10 set. 2025.

PRÁXIS EDUCATIVA. **Políticas de valorização do magistério no Brasil: sonho prometido e negado?***Práxis Educativa*, v. 19, e22825, 2024.

RAUSCHER, E. et al. **Impact of increased teacher salaries on student achievement: a meta-analysis.***Teach Michigan*, 2024.

REVISTA EDUCAÇÃO. **NR-1 e escolas: desafios para implementação da norma e promoção de saúde mental docente.** *Revista Educação*, 22 ago. 2025. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2025/08/22/nr-1-escolas/>. Acesso em: 10 out. 2025

ROBERTS, A. M.; GALLAGHER, K. C.; DARO, A.; IRUKA, I.; SARVER, S.

**Workforce well-being: Personal and workplace contribution to early educators' depression across settings.***Journal of Applied Developmental Psychology*, v. 61, p. 4-12, 2019. DOI: 10.1016/j.appdev.2017.09.007.

ROCHA, A. L.; PIRES, C. G. **Valorização docente e permanência na carreira: desafios e perspectivas.***Revista Educação em Foco*, v. 29, n. 1, p. 55-72, 2024.

SANTOS, F. D. V. **O mal-estar na docência: condições de trabalho e sua relação com o adoecimento psíquico.***Cadernos da Fucamp*, v. 40, p. 119-134, 2025.

Disponível em:

<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/download/3761/2386>.

Acesso em: 10 set. 2025.

SANTOS, F. R.; LIMA, V. P. **Políticas de valorização e inovação pedagógica: caminhos para a permanência docente.***Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 20, n. 2, p. 134-150, 2025.

SANTOS, Larissa; SILVA, Rodrigo. **Benefícios e limitações da pesquisa bibliográfica: reflexões metodológicas.***Cadernos de Metodologia Científica*, v. 12, n. 1, p. 77-89, 2023.

SEMSP (Instituto Semesp). **Pesquisa Perfil e Desafios dos Professores da Educação Básica no Brasil.** São Paulo: Semesp, 2024.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 24. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

SERAFINI, M. **Apagão de professores: ao menos 58% dos alunos de cursos de licenciatura abandonaram a universidade antes de receber o diploma.** São Paulo: *Carta Capital*, 25 jan. 2024. Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/politica/apagao-de-professores/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

SHAKYA, M. **Teacher compensation and student outcomes: evidence from state-level reforms.** *Teach Michigan*, 2024.

SILVA, J. C. et al. **Adoecimento mental entre professores: estresse, ansiedade, depressão e Burnout na educação básica.** *Missioneira*, jun. 2025.

SILVA, L. Diehl. **O adoecimento do professor da Educação Básica no Brasil: apontamentos da última década de pesquisas.** 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/36/o-adoecimento-do-professor-da-educacao-basica-no-brasil-apontamentos-da-ultima-decada-de-pesquisas>. Acesso em: 10 set. 2025.

SILVA, P. F. T.; BATISTA, A. A. R.; TROTTA, L. M. Impactos na saúde socioemocional dos educadores durante a pandemia de COVID-19. *Revista Carioca de Ciência, Tecnologia e Educação*(online). v.5, n. especial, p. 80-82, 2020.

SILVA, R. T.; ANDRADE, P. F. **Condições de trabalho e evasão docente: desafios contemporâneos da educação brasileira.** *Revista Educação em Debate*, v. 45, n. 2, p. 115-132, 2023.

SILVA, W. M.; DIAS, A. I. L.; OLIVEIRA, C. C. et al. **Fatores que impactam a saúde mental e emocional dos professores e estratégias de enfrentamento.** *RECIMA21 – Revista Científica Multidisciplinar*, v. 5, n. 9, e595613, set. 2024.

SPONTE. **Saúde mental dos professores: o que diz a nova lei e como as escolas podem agir.** Blog Sponte, 2025. Disponível em: <https://www.sponte.com.br/blog/saude-mental-dos-professores-o-que-diz-a-nova-lei>. Acesso em: 1 nov. 2025.

SOUZA, T. R.; MARTINS, J. P. **Políticas públicas e valorização dos professores no Brasil contemporâneo.** *Revista Brasileira de Educação*, v. 28, n. 92, p. 1-18, 2023.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2024 – Capítulo 12: Infraestrutura.** São Paulo: TPE, 2024.

UNESCO. **World Teachers’ Day 2024 – Valuing teacher voices: towards a new social contract for education.** Paris: UNESCO, 2024

UNESCO; TEACHER TASK FORCE. **FactSheet – World Teachers’ Day 2024: Valuing teacher voices.** Paris: UNESCO/TTF, 2024.

VIEGAS, M. F.; et al. **Sobrecarga e intensificação no trabalho de professoras da educação básica.** *Estudos de Psicologia (Natal)*, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/7Jx7mQXpBGZp5mW/>. Acesso em: 10 set. 2025.

XAVIER, Libânia Nacif. **A construção social e histórica da profissão docente:** uma síntese necessária. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 21, p. 1-25, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/57239>. Acesso em: 14 ago. 2025.